



# DIÁRIO OFICIAL

## Município de Fátima do Sul-MS

Criado pela Lei Municipal nº 1.242, de 08 de Outubro de 2018

ANO VIII • EDIÇÃO nº 1274

FÁTIMA DO SUL-MS, 27 DE MAIO DE 2025

PÁGINA 1

PREFEITO MUNICIPAL  
**Wagner Roberto Ponsiano**

VICE-PREFEITA  
**Silvana Antunes Vasconcelos**

CHEFE DE GABINETE  
**Nilson Prado da Silva**

SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO  
**Osvaldo Vieira dos Santos**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
**Maria Rosangela da Cruz**

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
**Armstrong Sousa Benedito**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
**Dirceu Deguti Vieira Filho**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
**Claudio Cesar Ribas de Oliveira**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA  
**Regiane Freire Brabo**

SECRETÁRIO DISTRITAL  
**Laurindo Santana de Lima**

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO  
**Ana Karoline Nassif Mendes**

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
**Marivaldo Silva de Souza**

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

### PORTARIA

**PORTARIA N.º 257/2025, 26 DE MAIO DE 2025**

*Nomeia o candidato aprovado no Concurso Público Municipal e dá outras providências.*

**WAGNER ROBERTO PONSIANO**, Prefeito Municipal de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, VII e IX, do Artigo 48, da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

**Art.1º.** Nomear, o candidato abaixo descrito, aprovado no **Concurso Público Municipal nº. 001/2023**, conforme resultado final e Classificação constante no Edital Complementar 07 de 09.02.2024, homologado através do edital nº. 01/2023, ambos publicados em 09 de fevereiro de 2024, no Diário Oficial do Município de Fátima do Sul –

MS na Edição nº.1012, na página 01, convocado através da Portaria N.º. 228/2025 de 22 de abril de 2025, publicada no diário oficial nº. 1254 de 23 de abril de 2025, na página 03, para exercer em caráter efetivo, o respectivo cargo, classe e nível, no Município de Fátima do Sul - MS, conforme vaga constante nos quadros e anexos da Lei Complementar 033-A, de 25 de setembro de 2001 e suas alterações posteriores.

| CLASS. | NOME                     | CARGO                      | C.H.S    |
|--------|--------------------------|----------------------------|----------|
| 003    | LEANDRO SIMAS<br>ALENCAR | PROCURADOR<br>DO MUNICÍPIO | 30<br>HS |

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo á 23.05.2025

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, MS**, em 26.05.2025

**WAGNER ROBERTO PONSIANO**  
Prefeito Municipal

**EXTRATOS E CONTRATOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 092/2023****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 002, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 089/2023**

**PARTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, MS

J. REMONATTO - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto: nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei (Federal) nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, prorrogar o prazo da vigência do Contrato Administrativo nº. 089/2023, constante em sua cláusula sexta, prorrogado através do Termo Aditivo nº 001 por mais 06 (seis), e, através do presente Termo Aditivo de nº 002, por mais 06 (seis) meses, passando a sua vigência para o dia 22 de setembro de 2025; e, nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo nº. 65 da Lei (Federal) nº. 8.666/93 e, ainda, os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei (Federal) nº. 10.192/2001, readequar o valor da parcela mensal do Contrato Administrativo nº. 089/2023, que teve por objeto a elaboração do PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Rendimentos, para o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

**FUNDAMENTAÇÃO:** Inciso II do art. 57, inciso II, alínea “d” do art. nº. 65, ambos da Lei (Federal) nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e, §§ 1º e 2º da Lei (Federal) nº. 10.192/2001.

**DATA:** 20/03/2025

**ASSINATURAS:** Wagner Roberto Ponsiano, Prefeito Municipal; Jardel Remonatto, representante da CONTRATADA e as testemunhas: Marcelo Figueiredo de Almeida e Vicente Pereira Felizari.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2024**

**Contratante:**  
**MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL/MS**

**Contratada:**  
**TORNO FATIMA LTDA - ME**

**Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 072/2024, cujo objeto trata da prestação de serviços de Torno e Solda para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município de Fátima do Sul/MS, conforme especificações constantes no contrato original, garantindo a continuidade do fornecimento e do atendimento à Prefeitura.

**Prorrogação:** Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 072/2024, a contar do seu vencimento em 17 de maio de 2025, passando a vigorar até 17 de novembro de 2025.

**Regência:** artigo nº 106 da Lei (Federal) nº. 14.133

**Assinantes:**

**Contratante:** WAGNER ROBERTO PONSIANO – Prefeito Municipal

**Contratada:** RAIMUNDO MAURÍLIO LEDESMA – Representante Legal da empresa TORNO FÁTIMA LTDA

**Fátima do Sul/MS, 16 de maio de 2025.**

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2024**

**Contratante:**  
**MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL/MS**

**Contratada:**  
**CELSSO ISSAMU SHIMADA TORNO - ME**

**Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 073/2024, cujo objeto trata da prestação de serviços de Torno e Solda para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município de Fátima do Sul/MS, conforme especificações constantes no contrato original, garantindo a continuidade do fornecimento e do atendimento à Prefeitura.

**Prorrogação:** Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 073/2024, a contar do seu vencimento em 17 de maio de 2025, passando a vigorar até 17 de novembro de 2025.

**Regência:** artigo nº 106 da Lei (Federal) nº. 14.133

(Conveniente), e as testemunhas: Marcelo Figueiredo de Almeida e Vicente Pereira Felizari.

**Assinantes:**

**Contratante:** WAGNER ROBERTO PONSIANO –  
Prefeito Municipal

FORO: Fátima do Sul, MS

**Contratada:** CELSO ISSAMU SHIMADA –  
Representante Legal da empresa CELSO ISSAMU  
SHIMADA TORNO - ME

DATA: 27 de maio de 2025.

Fátima do Sul/MS, 16 de maio de 2025.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FATIMA DO SUL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 096/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2025**

**EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 004/2025**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2025**

**PARTÍCIPE:** MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL, MS  
(CONCEDENTE)

**Amparo Legal:** Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DO LAÇO DE CULTURAMA (CONVENIENTE)

**PARTES: CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL – MS

**OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo de Convênio a Transferência de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DO LAÇO DE CULTURAMA para cobertura de custeio de despesas com a realização da 5ª FESTA DO LAÇO COMPRIDO DE CULTURAMA, compreendendo: Premiações; Aluguel de bois; Locutores; Veterinários; Frete dos Animais; SOM; Contratação de Juízes e com a Contratação de profissionais para o manejo dos bois. A ser realizada nos dias: 13, 14 e 15 de junho de 2025, durante os festejos do 60º Aniversário do Distrito de Culturama.

**CONTRATADA:** MADEIRAS ASSUNÇÃO LTDA-ME (CNPJ: 00.398.871.0001-05).

**DO OBJETO:** Aquisição de madeiras para manutenção de pontes e sinalização nas vias urbanas do município de Fátima do Sul-MS, conforme especificações do Termo de Referência.

**VALOR:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser pago em parcela única de acordo com o Plano de Trabalho.

**DO VALOR:** R\$ R\$ 54.560,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais)

**DOTAÇÃO:** Às despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão à conta do seguinte Projeto/Atividade: 27.812.0011.2.030 – INCENTIVO AO DESPORTO AMADOR, LAZER E RECREAÇÃO, no Elemento de Despesas 3.3.50.41 – Contribuições, do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

**DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo será de **14/05/2025** até **14/05/2026**.

**PRazo:** Julho de 2025.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal nº. 13.019/2014.

10.001 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

13 – REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

15.122 – URBANISMO / ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ASSINATURAS: Wagner Roberto Ponsiano, Prefeito Municipal (Concedente), Carlos José de Farias, Representante da Associação do Clube do laço de Culturama

1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS  
2.042 – MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.501.0000 – OUTROS RECURSO NÃO VINCULADOS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.799.7400 – OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS  
2.049 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.799.7400 – OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS  
2.047 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS  
3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
2.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

Fátima do Sul – MS, 27 de maio de 2025.

**Contratante:** WAGNER ROBERTO PONSIANO – Prefeito Municipal;  
**Contratado:** CARLOS ROGÉRIO ASSUNÇÃO – Representante da Empresa.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2025**

**Aquisição de madeiras para manutenção de pontes e sinalização nas vias urbanas do município de Fátima do Sul-MS.**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Nos termos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a instrução completa do Processo Administrativo nº 080/2025, destinado aquisição de madeiras para manutenção de pontes e sinalização nas vias urbanas do município de Fátima do Sul-MS, fundamentada no artigo

75, inciso II, da referida lei, com as seguintes especificações:

**I. Objeto:** Aquisição de madeiras para manutenção de pontes e sinalização nas vias urbanas do município de Fátima do Sul-MS, conforme descrito no Termo de Referência e nos documentos anexos.

**Motivação:** A presente aquisição se justifica pela necessidade contínua de manutenção da infraestrutura urbana, especialmente das pontes de madeira localizadas em áreas estratégicas do município, bem como da sinalização viária que utiliza esse material como suporte físico (ex: postes, estacas e placas fixadas em base de madeira).

As pontes de madeira em áreas urbanas e rurais são de grande importância para garantir a mobilidade da população, o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública. A degradação dessas estruturas compromete não apenas a segurança dos usuários, mas também o fluxo logístico e o atendimento de políticas públicas básicas.

Além disso, a madeira é frequentemente utilizada como suporte de sinalização vertical em vias onde não é possível instalar outros tipos de infraestrutura devido a limitações técnicas ou orçamentárias. A manutenção preventiva e corretiva dessa sinalização é essencial para garantir a organização do tráfego, a segurança de pedestres e condutores, e o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A aquisição está em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, além de observar o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

Diante do exposto, justifica-se a aquisição dos materiais madeirados com a finalidade de atender às demandas de manutenção da infraestrutura urbana do município de Fátima do Sul/MS.

A dispensa de licitação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da aquisição é inferior ao limite estabelecido para licitação.

**Escolha do Contratado:** A empresa MEDEIRAS ASSUNÇÃO LTDA-ME (CNPJ: 00.398.871.0001-05) apresentou a proposta de menor preço, atendendo integralmente aos requisitos técnicos exigidos. Dessa forma, a escolha da referida empresa justifica-se pela vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com os princí-

pios da economicidade e eficiência.

**Valor da Contratação:** O valor total da contratação será de **R\$ 54.560,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais)**.

**II. Justificativa de Preço:** Os valores propostos encontram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme planilhas anexas e pesquisas realizadas, em conformidade com o princípio da economicidade.

### III. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

10.001 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

13 – REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

15.122 – URBANISMO / ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

2.042 – MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.501.0000 – OUTROS RECURSO NÃO VINCULADOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.799.7400 – OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS

2.049 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.799.7400 – OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS

2.047 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

1.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

2.501.0000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

**Publicação:** Em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina-se a publicação do presente termo e de seus anexos no site eletrônico oficial do Município, visando garantir a publicidade e transparência do procedimento.

**IV. Observação Final:** A contratação será formalizada por contrato de 12 meses, e emissão de autorização de fornecimento conforme autorizado pelo artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando que se trata de aquisição de materiais de imediato.

Fátima do Sul – MS, 05 maio de 2025.

**Wagner Roberto Ponsiano**

Prefeito Municipal de Fátima do Sul

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FATIMA DO SUL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2025  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025**

**SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO DE 11.000 CARNÊS DE IPTU DESTINADOS À ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL/MS.**

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Nos termos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a instrução completa do Processo Administrativo nº 073/2025, destinado à aquisição de serviços gráficos para a impressão de 11.000 carnês de IPTU, autorizo a realização da contratação direta, fundamentada no artigo 75, inciso II, da referida lei, com as seguintes especificações:

**I. Objeto:** Aquisição de serviços gráficos para impressão de 11.000 carnês de IPTU para atender a demanda da Secretaria Municipal de Gestão Pública, conforme descrito no Termo de Referência e nos documentos anexos.

**II. Motivação:** A contratação dos serviços gráficos para a impressão de 11.000 carnês de IPTU é necessária para garantir o cumprimento do calendário fiscal do Município de Fátima Do Sul-MS, assegurando a notificação adequada dos contribuintes e a arrecadação eficiente do tributo.

**III. Escolha do Contratado:** A definição do fornecedor foi realizada com base em pesquisa de mercado, conforme relatórios apresentados, evidenciando a escolha pelo menor preço e atendimento aos requisitos técnicos exigidos.

**IV. Valor da Contratação:** O valor total da contratação será de **R\$25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais)**.

**V. Justificativa de Preço:** Os valores propostos encontram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme planilhas anexas e pesquisas realizadas, em conformidade com o princípio da economicidade.

**VI. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA – SEGESP.

2 – PARTICIPAÇÃO TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

4.122 – ADMINISTRAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE GESTÃO PÚBLICA.

FICHA – 49 – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

1.500.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**VII. Publicação:** Em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina-se a publicação do presente termo e de seus anexos no site eletrônico oficial do Município, visando garantir a publicidade e transparência do procedimento.

**VIII. Observação Final:** A contratação será formalizada por nota de empenho, e emissão de autorização de fornecimento conforme autorizado pelo artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando que se trata de aquisição de materiais de imediato.

Fátima do Sul – MS, 10 de abril de 2025.

**Wagner Roberto Ponsiano**  
Prefeito Municipal de Fátima do Sul

## MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2025**  
**PREGÃO PRESENCIAL 3/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 71/2025**

No dia 12 de Maio de 2025 compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.155.751/0001-75, com sede administrativa localizada na Rua Ipiranga, 800, bairro Residencial Jardim Hidalgo, CEP nº 79700000, nesta cidade de Fátima do Sul, MS, representado pelo PREFEITO, o Sr WAGNER ROBERTO PONSIANO inscrito no cpf sob o nº 274.423.958-56, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 3/2025, Processo licitatório nº 71/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de medicamentos para atender as demandas judiciais proferidas em desfavor ao município de Fátima do Sul / MS, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de medicamentos para atender as demandas judiciais proferidas em desfavor ao município de Fátima do Sul / MS.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**A. V. BORGES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.596.888/0001-89, neste ato representado por ANDERSON VIEIRA BORGES CPF Nº 930.555.871-20**

| ITEM          | QUANT. | UN.    | DESCRIÇÃO   | MARCA        | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL       |
|---------------|--------|--------|---|--------------|----------------|-------------------|
| 2             | 45     | CAIXA  | ARISTAB 15MG - Caixa com 30 comprimidos   | ACHE         | R\$ 280,0000   | R\$ 12.600,00     |
| 8             | 100    | Caixas | Denyl(cloridrato de citalopram) 20mg c/ 28 comprimidos  | SUPERA       | R\$ 67,9800    | R\$ 6.798,00      |
| 11            | 30     | Caixas | Cloridrato de Paroxetina 20mg com 30 comprimidos  | CIMED        | R\$ 31,9900    | R\$ 959,70        |
| 15            | 15     | Caixas | Dapagliflozina 5mg+cloridrato de metformina 1000mg com 60 comprimidos                                   | ASTRAZENECA  | R\$ 196,7400   | R\$ 2.951,10      |
| 18            | 400    | CAIXA  | DEPAKOTE ER 500MG - Caixa com 30 comprimidos  | ABBOT        | R\$ 114,9800   | R\$ 45.992,00     |
| 28            | 60     | Caixas | Lamitor CD(lamotrigina) 100mg c/ 30 comprimidos   | TORRENT      | R\$ 80,9800    | R\$ 4.858,80      |
| 32            | 50     | CAIXA  | NITRAZEPAM 5MG - Caixa com 20 comprimidos   | EMS          | R\$ 12,5000    | R\$ 625,00        |
| 34            | 60     | CAIXA  | OLMESARTANA MEDOXOMILA+HIDROCLOROTIAZIDA 40MG+25MG - Caixa com 30 comprimidos                           | EMS          | R\$ 40,0000    | R\$ 2.400,00      |
| 36            | 350    | Caixas | TRILEPTAL 300MG - Caixa com 60 comprimidos  | NOVARTIS     | R\$ 184,6600   | R\$ 64.631,00     |
| 38            | 30     | Caixas | RISPERIDONA 1MG/ML - Caixa com 60 ml  | GERMED       | R\$ 98,0000    | R\$ 2.940,00      |
| 43            | 15     | Caixas | Semaglutina 1mcg com sistema de aplicação c/ 3ml de solução de uso subcutanea+ 4 agulhas novofine 0,5mg | NOVO NORDISK | R\$ 1.049,0000 | R\$ 15.735,00     |
| <b>TOTAL:</b> |        |        |   |              |                | <b>160.490,60</b> |

## MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL



**COMPANY HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.640.302/0001-65, neste ato representado por RENAN ALVES TIMIRO CPF Nº 097.728.369-04**

| ITEM   | QUANT. | UN.    | DESCRIÇÃO  | MARCA         | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|--------|--------|--------|--|---------------|----------------|---------------|
| 12     | 85     | Caixas | Cloridrato de Propafenona 300mg com 30 comprimidos         | ALTHAIA       | R\$ 50,5000    | R\$ 4.292,50  |
| 13     | 100    | Caixas | CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG - Caixa com 30 comprimidos | MEDLEY        | R\$ 38,1000    | R\$ 3.810,00  |
| 16     | 30     | Caixas | Dimesilato de lisdexanfetamina 30mg com 28 comprimidos     | PHARLAB       | R\$ 223,5000   | R\$ 6.705,00  |
| 20     | 1000   | CAIXA  | ENOXAPARINA 40MG com 2 ampolas de 0,4 ml                   | CRISTALIA     | R\$ 32,7600    | R\$ 32.760,00 |
| 21     | 50     | Caixas | Ferropurum 20ml/ml , solução injetável, com 5 ampolas      | BLAU          | R\$ 62,0000    | R\$ 3.100,00  |
| 22     | 60     | CAIXA  | GABAPENTINA 300MG - Caixa com 30 comprimidos               | PHARLAB       | R\$ 30,9200    | R\$ 1.855,20  |
| 23     | 100    | Caixas | Insulina Asparte 100U/ML                                   | NOVO NORDISK  | R\$ 83,7500    | R\$ 8.375,00  |
| 30     | 15     | CAIXA  | LIRAGLUTINA 6MG/ML - Caixa com 1 ampola de 3 ml            | NOVA NORDISK  | R\$ 466,2000   | R\$ 6.993,00  |
| 31     | 60     | Caixas | Mirtazapina 30mg com 30 comprimidos                        | TEUTO         | R\$ 39,0600    | R\$ 2.343,60  |
| 33     | 50     | CAIXA  | OLANZAPINA 5MG -Caixa com 30 comprimidos                   | DELTA         | R\$ 20,9200    | R\$ 1.046,00  |
| 39     | 100    | Caixas | RISPERIDONA 2MG - Caixa com 30 comprimidos                 | UNIÃO QUIMICA | R\$ 5,8000     | R\$ 580,00    |
| 40     | 100    | Caixas | RISPERIDONA 3MG - Caixa com 30 comprimidos                 | GEOLAB        | R\$ 10,9000    | R\$ 1.090,00  |
| 41     | 60     | Caixas | Rivaroxabana 20mg com 28 comprimidos                       | E.MS          | R\$ 20,5800    | R\$ 1.234,80  |
| 47     | 15     | CAIXA  | GALVUS MET 50/1000MG - Caixa com 30 comprimidos            | FARMOQUIMICA  | R\$ 132,3000   | R\$ 1.984,50  |
| TOTAL: |        |        |  |               |                | 76.169,60     |

**R. D. C. RAMSDORF - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.052.802/0001-69, neste ato representado por ROBERTO DIAS DA CUNHA RAMSDORF CPF Nº 572.437.271-15**

| ITEM   | QUANT. | UN.    | DESCRIÇÃO   | MARCA        | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|--------|--------|--------|---|--------------|----------------|----------------|
| 3      | 15     | CAIXA  | NESINA MET 12,5MG/1000MG - Caixa com 60 comprimidos   | HYPERA       | R\$ 143,9000   | R\$ 2.158,50   |
| 6      | 200    | Caixas | TEGRETOL CR 400MG - Caixa com 60 comprimidos  | NOVARTIS     | R\$ 177,2000   | R\$ 35.440,00  |
| 9      | 250    | Caixas | Cloridrato de Metilfenidato 10mg com 30 comprimidos   | EMS          | R\$ 29,9500    | R\$ 7.487,50   |
| 14     | 45     | Caixas | Dapagliflozina 10mg com 30 comprimidos  | ASTRAZENICA  | R\$ 118,0000   | R\$ 5.310,00   |
| 19     | 30     | Caixas | Dutasterida 0,5mg+tansulosina 0,4mg com 30 comprimidos  | ACHE         | R\$ 98,0000    | R\$ 2.940,00   |
| 25     | 100    | Caixas | Insulina Glargina 300 u/ml solução injetável com 1,5ml  | SANOFI       | R\$ 220,3500   | R\$ 22.035,00  |
| 26     | 60     | Caixas | Insulina Glulisina 100 UI/ML solução injetável 3ml  | SANOFI       | R\$ 35,5500    | R\$ 2.133,00   |
| 27     | 100    | FRASCO | INSULINA LISPRO 100 UI/ML<br>1 caneta descartável preenchida contendo 3 ml de solução injetável | LILLY        | R\$ 47,7000    | R\$ 4.770,00   |
| 29     | 60     | CAIXA  | KEPRA 750MG - Caixa com 30 comprimidos  | UCB BIOPHARM | R\$ 311,4200   | R\$ 18.685,20  |
| 35     | 50     | Caixas | XOLAIR 150MG - CAIXA C/ 2 AMPOLAS   | NOVARTIS     | R\$ 3.347,5000 | R\$ 167.375,00 |
| 44     | 50     | Caixas | SELOZOK 100MG - Caixa com 30 comprimidos  | ASTRAZENICA  | R\$ 101,8900   | R\$ 5.094,50   |
| TOTAL: |        |        |   |              |                | 273.428,70     |

## MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL



**SIENA A. LITTER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.934.714/0001-03, neste ato representado por JEAN RONALDO DE OLIVEIRA ALVES CPF Nº 048.034.101-00**

| ITEM          | QUANT. | UN.    | DESCRIÇÃO   | MARCA        | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL      |
|---------------|--------|--------|---|--------------|----------------|------------------|
| 4             | 15     | CAIXA  | NESINA PIO 25MG/30MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS      | HYPERA       | R\$ 204,2500   | R\$ 3.063,75     |
| 7             | 25     | Caixas | Cloridrato de Atomoxetina 40mg com 30 comprimidos   | APSEN FARMAC | R\$ 96,5500    | R\$ 2.413,75     |
| 10            | 15     | Caixas | Cloridrato de Metilfenidato 18 mg c/ 30 comprimidos | TEVA         | R\$ 177,7500   | R\$ 2.666,25     |
| 17            | 100    | CAIXA  | DIOSMIN 500MG - Caixa com 30 comprimidos            | ACHÊ         | R\$ 50,8500    | R\$ 5.085,00     |
| 37            | 150    | Caixas | TRILEPTAL 60MG/ML                                   | NOVARTIS     | R\$ 71,9000    | R\$ 10.785,00    |
| 42            | 100    | Caixas | sacubitril 97mg+valsartana 103mg com 60 comprimidos | NOVARTIS     | R\$ 316,9000   | R\$ 31.690,00    |
| 45            | 15     | CAIXA  | AMATO 50MG - Caixa com 60 comprimidos               | EUROFARMA    | R\$ 94,9000    | R\$ 1.423,50     |
| <b>TOTAL:</b> |        |        |   |              |                | <b>57.127,25</b> |

**SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.534.012/0001-25, neste ato representado por ELVIS APARECIDO MARIANI CPF Nº 602.238.639-04**

| ITEM          | QUANT. | UN.   | DESCRIÇÃO                                   | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL     |
|---------------|--------|-------|---|-------|----------------|-----------------|
| 1             | 15     | CAIXA | ALENDIL CÁLCIO D - Caixa com 60 comprimidos | FQM   | R\$ 149,9000   | R\$ 2.248,50    |
| <b>TOTAL:</b> |        |       |   |       |                | <b>2.248,50</b> |

**VITIMED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.578.226/0001-05, neste ato representado por VINICIUS DINEL DA SILVEIRA CPF Nº 347.920.548-85**

| ITEM          | QUANT. | UN.    | DESCRIÇÃO   | MARCA     | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL       |
|---------------|--------|--------|---|-----------|----------------|-------------------|
| 5             | 50     | FRASCO | CANABIDIOL 200MG/ML c/ 30 ml                        | HERBARIUM | R\$ 1.789,0000 | R\$ 89.450,00     |
| 24            | 130    | Caixas | InsulinaGlargina 100UI/ML solução injetável com 3ml | LILLY     | R\$ 59,0000    | R\$ 7.670,00      |
| 46            | 100    | Caixas | Amato 100mg(topiramato) c/ 60 comprimidos           | GERMED    | R\$ 178,0000   | R\$ 17.800,00     |
| <b>TOTAL:</b> |        |        |   |           |                | <b>114.920,00</b> |

|  |  |  |  |                            |                      |
|--|--|--|--|----------------------------|----------------------|
|  |  |  |  | <b>Valor total global:</b> | <b>R\$ 684384,65</b> |
|--|--|--|--|----------------------------|----------------------|

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão

## MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL



gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### 3. CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE

3.1.O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### 4. CLAUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3.Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas ÓRGÃO NÃO-PARTICIPANTE OU CARONA.

### 5. CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a

## MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL



legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## 6. CLAUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos do artigo 14, inciso III da Lei 14.133/2021;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## 7. CLAUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

## MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL



7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será aquele PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## 8. CLAUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

## 9. CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.

## MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL

**10. CLAUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

10.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.3.1. A penalidade prevista na alínea 'b' do subitem 10.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd', sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas 'c' e 'd' do subitem 10.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA**

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fátima do Sul para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor na presença das testemunhas que abaixo também, subscrevem.

## MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL



Fátima do Sul, 12 de Maio de 2025

**Empresa**

---

WAGNER ROBERTO PONSIANO  
PREFEITO**Empresa**

---

A. V. BORGES LTDA**Empresa**

---

COMPANY HOSPITALAR LTDA**Empresa**

---

R. D. C. RAMSDORF - ME**Empresa**

---

SIENA A. LITTER LTDA**Empresa**

---

SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

---

VITIMED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA